

# NOTAS ECONÓMICAS 11

**JOÃO SOUSA ANDRADE** DEMANDE DE MONNAIE ET ÉQUILIBRE MONÉTAIRE

**J. ROMERO MAGALHÃES** SENTIMENTO EUROPEU E MOEDA ÚNICA

**ALZIRA MARQUES / JOÃO LISBOA** UTILIZAÇÃO DA TIPOLOGIA PORTERIANA NA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO SECTOR CRISTALEIRO PORTUGUÊS

**MARIA ANTONINA LIMA** REGIONALISATION, GLOBALISATION AND THE EMERGING WORL ECONOMY: THE WORLD TRADE ORGANIZATION, THE REGIONAL INTEGRATION AGREEMENTS AND THE EUROPEAN UNION

**OCTÁVIO FIGUEIREDO GONÇALVES** CONVERGÊNCIA REAL NO LONGO PRAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA

**DANIEL MURTA** O MERCADO PORTUGUÊS DOS JORNAIS DESPORTIVOS

**EUGÉNIA MARTA / NUNO VALÉRIO** DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL (1820-1914)

**JOSÉ REIS** O INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO: CRÓNICA SOBRE OS SABERES DA ECONOMIA

**ABEL FERNANDES** ANÁLISE SUMÁRIA DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO DO ESCUDO (1960-1994)

**CARLOS MATOSO FILIPE** CONTRIBUINTES LÍQUIDOS, BENEFICIÁRIOS LÍQUIDOS E TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS

**DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE ANTÓNIO SIMÕES LOPES**

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## O Institucionalismo Económico: crónica sobre os saberes da economia\*

**José Reis** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

resumo

résumé / abstract

**Discutem-se neste texto as contribuições das duas grandes escolas que estabeleceram a visão institucionalista da economia. Mostra-se como elas representam paradigmas radicalmente distintos e, por isso, manifesta-se uma acentuada complicitude com a dissidência evolucionista iniciada com Veblen, que valoriza a incerteza e relaciona a economia com o processo da vida.**

**É esta marca originária do institucionalismo, mais que a perspectiva do novo institucionalismo de Coase, North ou Williamson, que merece ser trazida para uma apreciação dos processos económicos contemporâneos. Por isso se considera que uma agenda de investigação actual deve convocar três pólos de debate: os problemas da contingência e da incerteza (a economia é a disciplina da complexidade); os problemas da interpretação dos comportamentos dinâmicos (a economia é a disciplina das instituições e da evolução); os problemas da reconstrução das contextualidades (a economia é a disciplina da regulação e da organização).**

Dans ce texte, sont analysées les contributions apportées par les deux grandes écoles qui ont établi la vision institutionnaliste de l'économie. On y apporte la preuve que ces deux écoles représentent des paradigmes radicalement opposés et, c'est la raison pour laquelle on ne cache pas une complicité marquée avec la dissidence évolutionniste amorcée par Veblen, laquelle valorise l'incertitude et place l'économie en parallèle avec le processus de la vie. C'est cette vision originnaire de l'institutionnalisme, davantage que la perspective du nouvel institutionnalisme de Coase, North ou Williamson, qu'il convient de prendre en considération afin d'apprécier les processus économiques contemporains. Aussi considèret-on que tout programme actuel de recherche doit comporter trois pôles de débat: tout d'abord, les problèmes de la contingence et de l'incertitude (l'économie est la discipline de la complexité); ensuite, les problèmes de l'interprétation des comportements dynamiques (l'économie est la discipline des institutions et de l'évolution); enfin, les problèmes de la reconstruction des contextualités (l'économie est la discipline de la régulation et de l'organisation).

This text analyses the contributions of the two major economic schools responsible for bringing the institutionalist view into economic thought. Their radically different paradigms show strong complicity with the evolutionary dissidence originated in Veblen's works, which valorised uncertainty and linked the economic process with life itself. It is this original hallmark of institutionalism, rather than the new institutionalism by Coase, North or Williamson, that deserves to be brought under analysis in an attempt to reach a better understanding of the ongoing economic processes. According to the author, a new research agenda must ponder three different aspects: the problems concerning contingency and uncertainty (economics is the discipline of complexity); the problems concerning the interpretation of dynamic behaviour (economics is the discipline of institutions and evolution); and the problems concerning the reconstruction of contexts (economics is the discipline of regulation and organisation).

\* Texto da Lição apresentada nas Provas de Agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 7 de Julho de 1998.

Tenho dedicado uma boa parte dos meus trabalhos de investigação ao estudo dos sistemas produtivos, das dinâmicas locais e da organização espacial da economia. Durante muito tempo considerei estes temas como próprios da economia industrial e da economia espacial — e vi-os como parte do revigoramento destas disciplinas. Sem deixar de pensar que assim é, fui-me apercebendo que se trata de assuntos que resultam de um quadro de problemas muito mais amplos. De facto, estudar no mesmo plano a organização produtiva, as sociedades locais e as dinâmicas espaciais é falar de muito mais do que de indústria e espaço — é falar de hábitos e de normas, de convenções sociais, de possibilidades institucionais, de racionalidades, informação e conhecimento, de actores sociais e processos de vida, de experimentalismo e de evolução.

Estas são, aliás, questões epistemológicas gerais da economia. E são também as bases para uma teoria institucionalista dos processos sócio-económicos.

Apresento no fim desta lição aqueles que me parecem ser os pilares essenciais de uma teoria deste tipo. Falo de complexidade, de processos dinâmicos e de contextualidades e de genealogias. Esta lição é, por isso, sobre os fundamentos de uma teoria institucionalista capaz de interpretar as acções colectivas, os comportamentos dinâmicos e a formação de sistemas de regulação e de organização da economia.



## 1. O que é o institucionalismo?

### Um roteiro dos patamares de uma economia institucional estratificada.

Ela é, por estas razões, uma lição sobre a economia institucional ou, se se preferir, sobre o institucionalismo económico e tem um tema preciso que se designa no singular.

Mas, se é concisa a descrição da matéria e fácil o título que sintetiza o objectivo principal, já é mais longa a indicação daqueles a quem recorri para formar o tema e para alcançar os meus propósitos. De facto, uma pergunta inicial — o que é o institucionalismo? — banal na sua formulação, serve sobretudo para indicar que é necessário dar uma resposta plural a uma interrogação que é apenas singular quando se questiona sobre as visões simplificadoras da racionalidade económica e da epistemologia da economia.

Aqueles a quem recorri são Veblen, Commons e Mitchell, seguidos por Allan Gruchy, Galbraith, Myrdal e Ayres<sup>1</sup>, e por todos aqueles que, longa e paulatinamente, formam a resistência activa e

<sup>1</sup> O primeiro uso do termo institucionalista atribui-se a Walton H. Hamilton, quando em 1918 apresentou ao *meeting* anual da American Economic Association o *paper* «The Institutional Approach to Economic Theory». Tratou-se de um momento em que a Associação queria, através de um comité criado para o efeito, propor uma discussão sobre a economia e a profissão de economista, tendo em vista uma maior aproximação aos problemas e desafios correntes (Klein, 1993: 14).

Em 1934, John R. Commons publicou os dois volumes de *Institutional Economics — Its Place in Political Economy*. Em 1949, o texto das lições de Wesley C. Mitchell, *Types of Economic Theory: From Mercantilism to Institutionalism*, recolheu o seu trabalho durante aquela década (cf. Mitchell, 1967); em 1927, W. Mitchell tinha publicado *Business Cycles: The Problem and its Setting*.

Allan Gruchy (1906-1990) haveria de consagrar as visões da economia evolucionista numa vasta literatura de que fazem parte *Modern Economic Thought: The American Contribution* (1947), *Contemporary Economic Thought: The Contributions of Neo-Institutional Economics* (1972) e *The Reconstruction of Economics: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics* (1987), uma trilogia onde se retomaram as ideias de, entre outros, Thorstein Veblen (1857-1929), John R. Commons (1826-1945), Wesley Clair Mitchell (1874-1948), John Maurice Clark (1884-1963) — que podem ser considerados os pais fundadores do evolucionismo e, portanto, daquela a que chamo escola do *institucionalismo originário* — e também daqueles que, a seguir à II Guerra Mundial, difundiram no meio académico e na opinião pública a visão institucional: Clarence E. Ayres (1891-1972), John K. Galbraith (1908) ou Gunnar Myrdal (1898-1987).

Allan G. Gruchy é, por assim dizer, o elo da ligação intelectual entre duas gerações que o incluem a ele próprio e que representam o núcleo principal do institucionalismo. A este mesmo mundo associa-se também a influência de um vasto conjunto de outros cientistas sociais, entre os quais é frequente ver referidos os nomes de Amitai Etzioni, Nicholas Georgescu-Roegen, Albert O. Hirschman, Nicholas Kaldor, Michel Kalecki, John



conscientemente dissidente da economia evolucionista contra a simplificação neoclássica. São estes os que mais praticaram e difundiram a ideia de que há uma escola<sup>2</sup> (quer dizer, um pensamento comum e um ritual partilhado) que ombreou para formar um paradigma próprio, identitário, assente nas convicções essenciais de que a economia é institucional porque é processual e evolucionista, cultural e colectiva, interdisciplinar e não-preditiva e, por isso, não é apenas uma «ciência da escolha» nem a mecânica fria, apriorística e abstracta, que assenta na psicologia hedonista do indivíduo concebido como um «calculador iluminado».

São estes, para quem tratar da economia é afinal tratar do «processo da vida», com toda a incerteza e todo o experimentalismo que o constituem, e são também os que se designam novos institucionalistas e que, baseados em R. Coase, mas seguramente menos sofisticados do que ele, tratam, como o faz mais do que todos, O. Williamson, das organizações e das hierarquias empresariais, isto é, de complementar o mercado e de superar as suas falhas pela análise, ainda cumplicemente neoclássica, da economia dos custos de transacção e da integração vertical. Deste mundo das organizações que tomou para si a visão de H. Simon sobre a racionalidade limitada e a informação incompleta e assimétrica, ganhando com isso sofisticação, mas esquecendo talvez demasiado rapidamente a visão crítica inicial. E falar de institucionalismo é também falar de D. North ou de T. Eggertsson e, portanto, de um compromisso claro e aberto com as raízes do pensamento neoclássico, mas não com a racionalidade instrumental que o limita; de um compromisso activo com o esclarecimento dos fundamentos individualistas e microeconómicos da vida, mas não com a noção de um indivíduo estupidamente iluminado, senhor de toda a informação, mas distraído das interacções sociais e, portanto, destituído de mapas mentais próprios.

Será, então, falar apenas da dose de cultura, de interacção, de dinâmica que o paradigma neoclássico suporta. E será, ainda, acompanhar a visão de G. Hodgson numa reconstrução intelectual da teoria económica<sup>3</sup> que, no final, quer trazer a vida de volta à economia.

Porventura, tratar de institucionalismo é apenas perceber que o mundo da economia é o da regulação, isto é, o mundo que obriga a compreender que — no vazio intelectual criado por uma economia que não veja para além da mecânica abstracta de uma engenharia económica — encontramos afinal realidades complexas em que há mercado, há Estado, há hierarquias empresariais, há associação de interesses e há comunidades activas e que todas são formas institucionais da macroeconomia. E que tais formas se juntam a «regularidades de comportamento», a normas aceites generalizadamente pelos membros dos grupos sociais, dando origem a ambientes institucionais significativos e a arranjos institucionais precisos, isto é, organizações que constituem agentes colectivos e formas institucionais que estipulam o modo como se consagra a dinâmica económica.

E, por isso tudo, falar de institucionalismo é juntar a teoria da regulação e, juntamente com R. Boyer e A. Lipietz, recorrer a Ph. Schmitter, W. Streeck e J. R. Hollingsworth, para perceber quais são as instituições incrustadas na dinâmica do capitalismo contemporâneo, e fazê-lo sabendo

Maynard Keynes, Janos Kornai, Simon Kuznets, Alfred Marshall, Karl Marx, Douglass C. North, Mancur Olson, Luigi Pasinetti, François Perroux, Karl Polany, Joseph Schumpeter, Herbert Simon, Oliver E. Williamson e Sidney Winter.

2 O melhor e mais actualizado «guia» para esclarecer os roteiros do institucionalismo evolucionista são os dois volumes do *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics*, Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels e Marc R. Tool (org.), 1994. Estes mesmos autores juntamente com William M. Dugger, Wendell Gordon, Philips A. Klein ou John Adams são parte de um vasto leque de investigadores que alimentam a bibliografia actual sobre o institucionalismo e que tem no *Journal of Economic Issues* a sua principal revista. Mas outras obras há, referidas ao longo deste texto, que fazem a reconstituição da formação desta escola — autores, fases, problemas e métodos. Cf., por exemplo, Philips Klein (1993), Wendell Gordon (1980) e Warren Samuels (1988).

3 É este o sentido de obras importantes como *Economia e Instituições* (Hodgson, 1994) e *Economia e Evolução: O regresso da vida à teoria económica* (Hodgson, 1997).

que a visão da economia é holista<sup>4</sup> porque as fundações macroeconómicas da microeconomia são mais importantes do que as inversas, que tanto têm obcecado a economia dominante. Tudo isto, sem esquecer, evidentemente, que o passo de mágica há muito formulado pelos regulacionistas consiste na ambição de alcançar o holismo de forma subdeterminada, para dar campo e espaço à percepção da variabilidade dos movimentos da economia, aos seus modelos locais e aos *habitus* dos actores concretos que os inventam e animam.

Ou não será que falar de institucionalismo aqui na Universidade de Coimbra será tão-só juntar numa oração que se saberia não-solitária, tudo o que têm feito os que aqui têm esclarecido o significado da heterogeneidade e da complexidade da vida social, das dinâmicas intersticiais, da insustentável leveza dos muitos mapas cognitivos que há em cada lugar e em cada indivíduo? Falar de institucionalismo seria, neste caso, exercitar uma humildade ousada capaz de relacionar a economia com aquilo que Boaventura Sousa Santos tem ensinado e praticado; com aquilo que tem formado uma sociologia crítica e uma economia atenta à complexidade mas não imobilizada por ela, em suma, com uma ciência social que assume as raízes e o cosmopolitismo de uma prática aberta, plural e activa.

Mas não, falar de institucionalismo não será seguramente esta última possibilidade, porque ela sucumbiria à crítica impiedosa de que uma lição não é a simples explanação dos nossos pequenos saberes nem dos nossos mais entusiásticos envolvimentos — uma lição costuma ser, das duas uma, ou o nosso tributo ao uso de uma ferramenta já arrefecida da forja em que alguém a formatou, ou a nossa sofrida demonstração de que somos capazes de juntar a erudição de muitos para que almejemos a uma migalha de reconhecimento.

Vou, pois, socorrer-me desses muitos. E vou fazê-lo também pela bem prosaica razão de que, sem prescindir da crítica e da opção, a economia institucional de que quero tratar são todas e cada uma daquelas fatias a que há pouco fui fazendo referência. E assim é porque a economia institucional a reconstruir ganha se se considerarem os muitos patamares cujo roteiro é necessário estabelecer, para que todos sejam visitáveis num único olhar, mesmo que concluamos que alguns são mais habitáveis que outros. De facto, a economia institucional não é um labirinto e, por isso, há um olhar comum, capaz de ver as ligações entre as travessias de cada patamar. É isso que vou procurar fazer.

Defenderei que tratar do institucionalismo é interrogar a disciplina económica nas suas bases teóricas e metodológicas, mas também não seria desadequado dizer que é apenas à procura dos saberes da economia que se parte, esperando encontrar — como outros, designadamente Christian Kundsén (1993), o fazem — o suplemento que falta aos modelos formais (e cuja ausência, a meu ver, os desqualifica) em matéria de conhecimento contextual ou do que Richard Nelson e Sidney Winter (1982) chamam «teoria contextualizadora» (*appreciative theory*).

Fazer isto é, porventura, seguir apenas o caminho que a Escola Histórica Alemã<sup>5</sup> abriu e que muitos outros têm continuado, seguindo afinal uma norma que R. Coase relembrou em Estocolmo quando designou de muito simples os objectivos da sua vida de investigador e considerou que os tinha procurado alcançar sendo um economista que escreve em prosa.

Acrescento ainda que este tema faz para mim muito sentido enquanto quadro geral dos meus trabalhos de investigação<sup>6</sup> e sequência directa de dois tópicos mais recentes — as questões económicas do Estado e da economia constitucional (Reis, 1995a; 1995b).

4 «Holismo é um termo originariamente cunhado pelo investigador sul-africano Jan Christian Smuts a partir da palavra grega *holos*, que significa todo (*whole*). Ele aplicou o termo às novas teorias das ciências físicas» (Wilber e Harrison, 1988: 107).

5 Maurice Baslé (1995) tem razão quando junta a Escola Histórica Alemã ao institucionalismo americano (o institucionalismo originário) para reencontrar os «*antécédents méconnus*» da teoria francesa da regulação. Em J. Reis (1986) tratei as questões metodológicas da economia que são tributárias da visão introduzida pela Escola Histórica Alemã.

6 Que começaram nos inícios de oitenta, com preocupações sobre a racionalidade do agricultor e sobre a





## 2. No início está a virtude: o institucionalismo originário

No início<sup>7</sup> está sempre a virtude. É lá, com efeito, que encontramos os grandes valores e, com eles, a visão mais completa do mundo. É, de facto, de um mundo isento das imagens que sobre ele fizeram o formalismo, o positivismo lógico e a racionalização *a priori* da economia convencional que se trata no início. Não é, portanto, um mundo estático que temos à nossa frente. Nem é, tão-pouco, um mundo habitado por seres dotados de uma simples psicologia hedonista que entroniza, solitário, apenas o indivíduo. Esse mundo parado seria demasiado fácil, porque dele se conheceriam as linhas que compõem cada ser, e que, por isso, seria também uma realidade facilmente previsível.

O mundo que Veblen e Commons trouxeram para ser reconhecido pela economia é aquele em que o que mais conta é a vida colectiva, a evolução, a presença de agentes activos e, por vezes, até irracionais; em que há eficiência, mas também desperdício; em que os desequilíbrios acontecem e são parte de um reino de incerteza; em que o conflito conta tanto como a cooperação.

É este, portanto, «o processo da vida» de que falava Veblen<sup>8</sup>. Se não é um mundo de autómatos nem de indivíduos metodologicamente arrumados, este mundo há-de ser, então, um lugar construído pela experiência, porventura pela razão. Não é um mundo revelado, é um mundo observável. Onde se esgotaram as leis e os direitos naturais que só poderiam derivar de uma ordem pré-fixada e imutável, há-de surgir formas de enquadramento colectivo, processos cumulativos de causalidade aberta e pragmática. Há-de surgir, enfim, todos os artefactos que resultam da interacção humana<sup>9</sup>.

Faz sentido que se chame a esses resultados instituições<sup>10</sup>. «*Instituições* é a palavra que os economistas evolucionistas (institucionais) usam para os comportamentos regulares e

diversidade intrínseca dos sistemas económicos, continuaram depois com o estudo dos contextos produtivos locais e a regulação e tiveram uma linha de rumo essencial — desafiar as visões, implícitas ou explícitas, das teorias da convergência.

7 Numa síntese mais rápida A. Gruchy (1987) considero que há três períodos bem definidos no desenvolvimento do pensamento institucionalista: o primeiro associa-se aos trabalhos de Th. Veblen no período 1890-1925; o segundo inclui W. Mitchell, J. Commons e J. Clark e compreendeu os anos 1925-1939; o terceiro é o dos economistas cujo trabalho se desenvolveu de 1939 até então e nomeiam-se expressamente J. K. Galbraith, C. Ayres e G. Myrdal.

O início de que aqui se fala são as obras dos grandes autores, dos pais-fundadores. Sublinhe-se que a Routledge/Thoemms Press publicou em 1994 dez volumes de *The Collected Works of Thorstain Veblen* (Veblen, 1994b), que a Transaction Publishers reeditou, em 1990, com uma nova introdução de Malcom Rutherford, os dois volumes de *Institutional Economics — Its Place in Political Economy*, de John R. Commons (1990). Já em 1996, M. Rutherford e W. Samuels (1996) editaram, na Routledge, os *Selected Essays* de J.R. Commons. Em 1994, foi publicada a 3ª edição de *The Theory of Economic Progress: A Study of the Fundamentals of Economic Development and Cultural Change*, de C. E. Ayres.

8 «Why is economics not an evolutionary science», publicado inicialmente no vol. XII, Julho de 1898, de *The Quarterly Journal of Economics* (Veblen, 1994a, VIII: 56-81) e «The preconceptions of Economics», no vol. XII, Fevereiro de 1900, são dos mais penetrantes textos de Veblen sobre a epistemologia da economia (Veblen, 1994a, VIII: 82-113, 114-147 e 148-179).

9 «The most fundamental thought that binds us together is our understanding that in regard to practically every economic problem, scientific study must concern the entire social system including, besides the so-called economic factors, everything else of importance for what comes to happen in the economic field. The reason for this methodological imperative is the fact that circular causation exists among all conditions in the system. This circular causation implies interdependence» (Myrdal, 1977: 3).

10 Antes de definir instituições vale a pena perguntar o que estudam os institucionalistas quando estudam instituições. Estudam, por exemplo, os padrões institucionalizados de consumo em determinados países (Gordon, 1988), o que significa que se interessam pelas implicações das tradições culturais e do *status* e pela lógica de formação de vontades, as quais podem estar ligadas ao facto de se alcançar ou não determinados níveis de vida; estudam o papel do mercado perante autonomia das empresas dotadas de um determinado sistema de controlo e, portanto, reconvertida em centros de poder que reflectem ou se relacionam com grupos





padronizados das pessoas numa sociedade e para as ideias e os valores associados a essas regularidades» (Neale, 1994: 402). As palavras-chave desta visão interaccionista do institucionalismo originário são: hábitos, acção colectiva, regra, cultura e norma. Elas resultam da ideia de que todas as culturas produzem significados materiais concretos que são usados com múltiplas finalidades — a troca, a produção, a satisfação moral e emocional. Mas, exactamente porque as instituições são fruto da experiência, elas contêm em si mesmas a mudança — as instituições mudam quando a experiência das pessoas as leva a acreditar que há uma maneira melhor de organizar algum aspecto da sua vida (*idem*).

O paradigma<sup>11</sup> institucionalista originário (Miller, 1988: 51-54) assenta na concepção essencial de que a actividade humana é um acto colectivo e de que os indivíduos superam as suas irreduzíveis limitações através da construção de convenções, isto é, de padrões de acção e comportamento que resultam de interações, mais do que de capacidades inatas<sup>12</sup>. O mundo da acção é um mundo de que faz parte o conflito e a distribuição assimétrica de informação e de poder.

Por tudo isto, os institucionalistas procuram construir modelos-padrão, com os quais explicam o comportamento humano através de uma cuidadosa inserção no seu contexto institucional e cultural. O próprio controlo social é exercido através dos mecanismos da acção colectiva — para Veblen, o emprego produtivo; para Commons «através das normas de funcionamento das empresas (em pleno rendimento)» (Dugger, 1992: 85). Estes são os princípios das suas teorias, distintas, portanto, das do paradigma neoclássico que assentam na construção de modelos de previsão, isto é, em explicações do comportamento humano através das deduções que resultam de pressupostos previamente estabelecidos e derivados das características individuais.

O institucionalismo é, portanto, não-formalista (no sentido em que o formalismo consiste num sistema de relações lógicas abstraídas do conteúdo empírico que o mundo real nos oferece) e, obviamente, não dedutivo. O positivismo lógico em que assentam os modelos formais (e para o qual explicação e previsão são simétricas) beneficia de se insularizar face a qualquer refutação. Ao contrário, quando o institucionalismo se apresenta como holista, sistémico e evolucionista, está a encarar a realidade social mais do que como um conjunto específico de relações abstractas, e está a considerar que o processo de mudança inerente a uma série de instituições sociais é que define o sistema económico (Wilber e Harrison, 1988: 95-105). É por isso que uma noção central para todos os institucionalistas é que o desempenho económico deve ser sempre avaliado perante valores sociais emergentes (Klein, 1994: 284). Esta ideia confere, aliás, aos economistas um papel *pivot* através do qual lhes cabe fazer tal avaliação e participar no debate público que ela implica. O institucionalismo é, assim, tanto normativo (aos economistas cabe mais mudar o mundo do que contemplá-lo) quanto experimental.

de interesse (Martin, 1988); estudam as externalidades (Drugan, 1988) as quais não só exprimem, por definição, as interdependências individuais, como se relevam poderes de coerção e direitos da propriedade (as externalidades são «partes ubíquas da escolha social institucional).

Nos EUA as Universidades de Maryland, do Texas e de Wisconsin são ou foram as escolas do institucionalismo por excelência.

11 «The mainstream institutionalists from Veblen to Galbraith can be readily identified. As has already been explained, they all view the economic system to be an evolving process that is being impelled along the path of industrialization by rapid and extensive technological change and that reflects the logics inherent in this process of industrialization» (Gruchy, 1987). Para além de insistir que há um institucionalismo *mainstream* (o de Veblen, Mitchell, Clark, Ayres, Galbraith e Myrdal) e de que este assenta essencialmente na análise do «*evolving process*» originado pela industrialização e pela mudança tecnológica, A. Gruchy é muito veemente ao apontar de falhas teóricas fundamentais a outros institucionalistas originários que prosseguiram outros campos de estudo (Commons, sobretudo) e a rejeitar a adesão de certas correntes ao institucionalismo: por exemplo, os que estudavam então a organização industrial e as relações industriais e a Radical Political Economics (*New Left*). Ele representa, de facto, quem mais insiste na conflitualidade interna do institucionalismo e quem rejeita explicitamente adesões, em defesa de uma noção identitária forte.

12 «Institutionalism is the economics of cultural evolution and social provisioning. Institutionalism is a processual paradigm» (Dugger, 1989: vii).



Para além de ser holista, sistémico e evolucionista, o institucionalismo considera que o conflito e o poder são centrais na actividade humana, na qual, aliás, têm também lugar os comportamentos não racionais. Dinâmico e não teleológico são outras das características essenciais do paradigma e da metodologia institucionalista. Ambas resultam da ênfase dada ao «processo da vida» e à sua natureza envolvente e sujeita a reformulações permanentes. O papel atribuído aos factos da experiência (e que dá ao institucionalismo a sua condição experimental) e a noção de que os indivíduos, para além de serem agentes activos, estão também sujeitos a irracionalidades, resultam exactamente desta percepção de que a vida, ao ser dinâmica, é contingente.

Em suma, há um conjunto de princípios que estabelecem consensos entre a escola institucionalista e que podem apresentar-se do seguinte modo: uma distinção clara entre determinantes universais do que é economicamente possível e determinantes culturalmente limitadas do que na realidade acontece; a economia é um entidade condicionada sócio-politicamente e culturalmente; valor e preço não são categorias iguais; o *focus* na economia, e não no mercado, produz significados radicalmente diferentes; o institucionalismo é essencialmente dinâmico; os resultados que emergem do mercado são avaliados perante as normas da economia, e não o contrário; um dos principais factores condicionantes da economia política moderna é o poder económico concentrado; o quadro apropriado para olhar as economias ao longo dos tempos é o do progresso e não o do crescimento; há objectivos emergentes na sociedade que devem beneficiar do empenhamento da economia (Klein, 1994: 36-40).

Apesar do «chão comum», há no institucionalismo originário duas tradições distintas quanto ao papel das instituições na dinâmica económica. Nisto consiste, de resto, a diversidade interna do institucionalismo originário, que radica em dois programas de investigação (Rutherford, 1994: 2). A tradição vebleniana sublinha as funções de reprodução das estruturas do poder hierárquico. A tradição iniciada por Commons vê nas instituições importantes determinantes do desempenho económico<sup>13</sup>. Elas são resultado de processos formais e informais de resolução de conflitos, questão central para este autor. Por isso, o interesse principal está no estudo do direito, dos direitos de propriedade e das organizações (nisto consiste a preocupação com a negociação social).

Para Veblen, a dimensão evolucionista e a acção é que são essenciais na atenção que dá ao ambiente contextual. Mas entende que as forças progressivas estão nas tecnologias e no comportamento tecnológico (a destreza natural — «*the instinct of workmanship*»). Justamente porque envolve raciocínios causa-efeito e não é coercivo, o comportamento tecnológico é a força dinâmica da sociedade: cria hábitos de pensar comuns à grande maioria dos homens (é isso que as instituições são). Já o comportamento institucional é cerimonial, baseia-se em consideração de *status*, está sujeito a pressão social e faz apelo à autoridade. É, portanto, restritivo enquanto a actividade instrumental é desenvolvimentista.

Para além da dicotomia entre tecnologias e instituições (ou, visto que os termos instituição ou institucionalista não-de chegar mais tarde, entre actividades produtivas e lucrativas — «*industrial*

13 O programa de Th. Veblen, continuado por C. Ayres, concentra-se na análise da estrutura das economias modernas e enfatiza o poder político e económico dos interesses das grandes empresas. É neste sentido que se concentram obras como as de M. Tool e W. Samuels (eds.), 1989 ou J. Adams (ed.), 1980. A obra de J. K. Galbraith vai, obviamente, neste mesmo sentido. O segundo programa de investigação, o de J. Commons, concentra-se no impacto dos direitos de propriedade do direito e das organizações no poder económico, nas transacções e na distribuição do rendimento, não aceita a «*cynical antiithesis*» entre «*business and industry*» e, por isso, tem pontes mais fáceis com o novo institucionalismo.

O «*radical institutionalism*» e a «*underground economics*» de que fala W. Dugger está, evidentemente, mais próximo do primeiro programa do que do pragmatismo do segundo: «àquele cabe o espírito do institucionalismo, a esta cabem os instrumentos», diz Dugger (1992:ix). De facto, para J. Commons, o «collective central of individual transactions is the contribution of institutional economics to the whole of a rounded-out theory of Political Economy», o que leva A. Gruchy (1987: 28) a dizer que esta visão da economia institucional é «supplemental to the mainstream orthodox economics».



and pecuniary activities») a visão de Veblen punha uma ênfase especial na evolução darwinista e, portanto, numa visão da vida a partir da perspectiva económica. Além disso, e dado que «lucrativo» se refere a um comportamento individualista (*self-seeking*), distinto do comportamento social útil do «produtivo», Veblen dá particular atenção aos comportamentos predatórios (cf. a sua teoria da classe ociosa, Veblen, 1994b [1899]). Para Commons uma teoria da acção colectiva fundava-se na noção central de transacção e na ideia de que lhe preside um «processo sem fim» sempre modificado e adaptado a novas circunstâncias. São estas, no essencial, as bases comuns para uma mesma visão processual da actividade económica dos institucionalistas originários (Klein, 1993: 16).

É claro que o institucionalismo originário (ou o velho institucionalismo, como é frequentemente designado) é uma escola de resistência<sup>14</sup> à visão dominante na ciência económica<sup>15</sup>. Ele é profundamente interaccionista e evolucionista. A sua capacidade de resistência alimenta-se disso mesmo, isto é, do sentido de acção colectiva e da dimensão moral das práticas humanas. Não sendo determinista nem racionalista, o institucionalismo originário baseia-se no experimentalismo, na presunção de incerteza, da contingência e da causalidade cumulativa.

Como as instituições resultam disto e apenas disto (apesar evidentemente da capacidade de auto-reprodução que é inerente ao comportamento cerimonial, pelo menos na visão de Veblen), é legítimo dizer-se que as instituições do institucionalismo originário são realidades etéreas, vagas, fungíveis. Elas são, sobretudo, «categorias da análise da coerência»<sup>16</sup>.

«As instituições têm existência real, mas não são *palpáveis* como um barco ou o edifício de um banco. São simultaneamente normas interiorizadas que se cumprem e as acções que outros levam a cabo para as fazer cumprir ou para transmitir às pessoas as liberdades e as facilidades que as instituições proporcionam» (Neale, 1994: 406).

Segundo W. Dugger (1989: 4-17) são sete os conceitos centrais do institucionalismo que o distinguem radicalmente das demais escolas de pensamento: processo (ou uma teoria da causalidade cumulativa); socialização e irracionalidade (ou uma atenção ao papel dos mitos e da evolução e ao comportamento cerimonial); poder e *status* (por oposição às ideias de utilidade e equilíbrio); igualdade (porque o institucionalismo favorece os desfavorecidos e não tem uma visão ingénua da redistribuição); valores e filosofia (o institucionalismo é uma fusão do existencialismo e do instrumentalismo); democracia (activismo e orientação política); visão radical, em vez de incremental (propõe reestruturações do capitalismo).

Se quisermos retomar aqui a síntese de A. Gruchy (1987: 21-23), que verdadeiramente é a síntese do institucionalismo originário «à Veblen», são também sete os pontos que o caracterizam: (1) a economia é uma ciência cultural; (2) o sistema económico é um produto histórico-cultural e um processo contínuo; (3) a mudança tecnológica é o motor, a alma, do desenvolvimento económico; (4) o processo económico é, por natureza, aberto e, portanto, a

14 Esta lógica de dissidência acentua-se particularmente nas fases em que a economia liberal se torna mais agressiva. Para um exemplo sumário, cf. alguns dos títulos que formam a literatura institucionalista da década de oitenta e dos princípios de noventa: *Underground Economics: A Decade of Institutionalism Dissent*, W. Dugger, 1992; *Beyond Dissent*, Ph. Klein, 1994; *Radical Institutionalism*, W. Dugger, 1989; *The Economy as a System of Power*, M. Tool e W. Samuels (eds.), 1989 [1979]; *The Reconstruction of Economics*, A. Gruchy, 1987; *Institutional Economics and the Theory of Social Value*, Ch. Clark (ed.), 1995.

15 Não quer isto dizer que na visão dos institucionalistas originários não caibam outras noções mais «fortes», com as quais, aliás, fazem pontes para campos ainda tipicamente institucionalistas. Por exemplo, a ideia de que «a economia é tanto uma estrutura como um processo de poder» cabe neste caso: «By power is generally meant participation, influence, and other rights of economic significance. The power structure of the U.S. economy is formed in part by the institutions which shaped the market: the institution of property, corporation, negotiable instruments, labor, capital and product markets, and particular industries. The market is formed by power, and power operates through the market» (Samuels, 1979: iii).

16 Cf. Marie-Claire Villeval (1995), num texto onde encontrei fortes identidades com as perspectivas que aqui defendo.





evolução é mais importante que o equilíbrio; (5) a função positiva do sistema económico é a provisão de bens e serviços para satisfazer necessidades e isto é mais importante que a ideia de escassez; (6) a ciência económica é uma ciência cultural e social; (7) a definição de ciência económica é profundamente interdisciplinar: ela «não afirma prescindir do contributo dos economistas ortodoxos desde a época dos fisiocratas franceses. Bem pelo contrário, os institucionalistas têm plena consciência da influência dos primeiros economistas».

Aliás, é ainda com A. Gruchy que se pode reter, devidamente sublinhada, a ideia de que o institucionalismo é uma visão moderna e partilhável pelas análises contemporâneas que vêm o capitalismo como um sistema institucional complexo, no qual o mercado é uma forma incrustada numa lógica de gestão muito mais ampla. Diz ele (Gruchy, 1987: 12) que «a teoria económica institucional põe a tónica no grande sistema económico em que se insere o sistema de mercado e na dinâmica que produz alterações na estrutura e no funcionamento do próprio sistema económico».

### 3. O Novo Institucionalismo ou o *aggiornamento* da visão neoclássica

Procurei ir ao encontro do velho institucionalismo no seu lugar próprio — um lugar que fica nas profundezas dos templos onde se cultiva a identidade, a alteridade e a heteronomia. Não sei bem se o institucionalismo originário se guarda neste recato porque quer manter a sua autoridade e a sua estética (bem disse José Saramago, quando observou os modos de ser penúmbrios dos sítios onde se recatam valores, que lá se demonstra que entre autoridade e estética não há insanável contradição) — não sei, de facto, se ele se guarda naquele lugar onde o encontrei ou se foi para lá empurrado e lá mantido ferreamente. O que sei é que vale a pena mostrá-lo de face inteira, que mais não seja porque o seu nome está popularizado com outros significados.

E por isso há quem defenda as diferenças com dureza, clamando pela ideia de que o institucionalismo é apenas o «institucionalismo radical», o de Thorstein Veblen. «Nada tem em comum com o chamado novo institucionalismo de Oliver E. Williamson» [que é] uma pequena fracção da teoria dos jogos onde o pressuposto da racionalidade condicionada/limitada, os critérios do transactor e a inércia do trabalhador são fundamentais numa hipotética tentativa do actor para reduzir ao mínimo os custos de transacção» (Druggier, 1989: 1).

De facto, quando se fala numa audiência vasta de economistas, institucionalismo soa predominantemente a «novo institucionalismo», a teoria da empresa e das hierarquias empresariais, a economia dos custos de transacção, a direitos de propriedade. E seria de Ronald Coase, de Douglass North e de Oliver Williamson que se estaria a falar e não de Commons, Veblen ou Ayres. Estaríamos já no mundo luminoso e dourado dos Prémios Nobel e não nos ambientes semicerrados e de perfumes rituais que correspondem aos meios da resistência e da formação de identidades fortes. O mundo dos Prémios Nobel, vale a pena dizê-lo, não é certamente falho de justiça e de sentido de rigor quando consagra méritos. Estou seguro que foi isso que aconteceu quando premiou Ronald Coase, um economista sofisticado, profundamente erudito, dono de um propósito que serviu para engrandecer a ciência económica. Assim como não andou longe desse fim quando reconheceu Douglass North. Mas há alguma ponte que una estes dois mundos, o do velho e o do novo institucionalismo, ou devemos apenas mencioná-la para aludir a duas famílias com o mesmo apelido, mas sem consanguinidade?

São vários os que nos lembram que o notável desenvolvimento do institucionalismo na cena económica posterior aos anos setenta não é o resultado da reemergência do que aqui tenho chamado institucionalismo originário. Pelo contrário, onde este é visão colectiva da vida económica, aquele é a visão do liberalismo clássico, em que o que conta é indiscutivelmente o indivíduo. É, de facto, sobre a ideia atomística do «indivíduo abstracto» (com interesses, necessidades, vontades e propósitos dados) que o novo institucionalismo se constrói. O. Williamson diz repetidamente que esta abordagem «é complementar da economia neoclássica». Não, claro, que o novo institucionalismo não esteja na linha da frente a aceitar inteligentemente a maleabilidade dos indivíduos (os indivíduos e as suas preferências estão sujeitas a mudança) —



isso assume-se mais até do que é já corrente na economia convencional moderna. Mas tal maleabilidade não chega ao ponto de superar a noção radical da exogeneidade das preferências, contra a persistente ideia dos institucionalistas da velha escola de que as preferências são endógenas. Como sintetiza G. Hodgson (1994: 398-9) «[há] um aspecto importante no 'novo institucionalismo': explicar a existência de instituições políticas e jurídicas ou, em termos gerais, de instituições sociais, partindo dum modelo de comportamento individual e, com base nele, deduzir as suas repercussões nas interações humanas». As instituições que assim se geram já não são as que estavam incrustadas nas interações humanas (interações que valiam mais do que os indivíduos de racionalidade limitada que as tinham originado e que, ao criarem instituições, criavam normas interiorizadas para poderem recorrer a elas). As instituições dos novos institucionalistas explicam-se apenas pela emergência de «restrições externas» — «a existência de instituições é vista como algo que afecta o comportamento individual, mas apenas quanto às escolhas; é vista como restrições de informações apresentadas aos agentes, não como algo que modela as preferências e, evidentemente, a individualidade dos próprios agentes» (*idem*: 399). A possibilidade dos indivíduos serem «moldados» pelas instituições não é considerada — eles permanecem entidades atomísticas, que agem perante restrições e convenções ou perante as possibilidades que se lhes abrem.

Inversamente, e pelas mesmas razões, as instituições são mais características universais e elementares da vida humana do que fenómenos históricos que resultam de processos cumulativos — para os novos institucionalistas trata-se dos direitos de propriedade, os quais já decorrem de uma visão evolucionista, e não tecnológica, da organização económica, pois entende-se que são «gerados e aplicados conforme as necessidades económicas forem surgindo» (Williamson, 1993: 6).

«Em suma, o "novo" institucionalismo procede do pressuposto de gostos e tecnologias exógenas, enquanto o "velho" toma geralmente estes parâmetros como endógenos. A ontologia do "novo" institucionalismo é atomística e a sua metodologia individualista, em contraste com os elementos organicistas e institucionalistas do "velho". O "novo" institucionalismo, verdadeiro nas suas raízes neoclássicas, insiste no equilíbrio e nas concepções mecanicistas de processo, em contraste com o evolucionismo inspirado na biologia do "velho"» (Hodgson, 1994: 401).

Como já disse, e bem se sabe, é comum que o novo institucionalismo se associe aos nomes de Ronald Coase, Prémio Nobel da Economia em 1991, Douglass North, também Prémio Nobel em 1993, e Oliver Williamson. Vou, por agora, manter estes três nomes juntos. Mais adiante tratarei de estabelecer algumas distinções entre as suas contribuições.

Como se vê pela consagração que teve no início da década de noventa, o novo institucionalismo é, sem dúvida, um *corpus* teórico dos mais importantes que emergiram na ciência económica nos últimos anos. O seu propósito principal é fácil de explicar: ele procura superar o enorme fosso entre o que está na cabeça dos economistas neoclássicos e o que existe no mundo real. É R. Coase quem diz que a visão dos mercados como produtos de interacção espontânea de indivíduos atomizados e individualistas «só existe no espírito dos economistas, mas nunca no mundo real». Por isso, há neste autor uma pergunta (e uma resposta) essenciais — porque surge e para que surge a empresa? A resposta é simples — porque o mecanismo dos preços relativos não é suficiente para garantir e informar o processo de produção e de troca. A pergunta é, por isso, sobretudo o que tem a ver com a organização (a organização industrial) e com o *management* enquanto «factor de produção». É, portanto, da coordenação que se trata — da coordenação microeconómica, certamente, mas da coordenação que está para lá dos mercados idealizados. No fundo, o que está em causa é dar uma resposta à insatisfação que atravessou a ortodoxia microeconómica nos anos sessenta e que também Ronald Coase sintetizou muito bem ao dizer: «quando um economista encontra alguma coisa que não entende — uma determinada prática económica — procura uma resposta no monopólio, mas como nesse domínio a ignorância é enorme, o número de práticas inexplicáveis acaba por ser avultado» (Coase, 1972: 6). Não é descabido dizer-se que a explicação pelo monopólio é, na microeconomia, o



equivalente funcional do resíduo de Solow na teoria do crescimento — ambos encobrem o que não se sabe explicar.

De facto, o mundo neoclássico funciona isento de fricção<sup>17</sup> e por isso a síntese que dele faz Herbert Simon (1986: 20), também ele um Prémio Nobel, é porventura a que melhor serve para dizer tudo em poucas palavras. Os valores são considerados dados e constantes; é possível ter uma descrição objectiva do mundo como ele realmente é; assume-se que os poderes computacionais dos agentes de decisão são ilimitados. E daqui resultam duas consequências: (1) não é necessário distinguir o mundo real da percepção do agente de decisão; (2) é possível prever as escolhas de um agente de decisão racional a partir do conhecimento do mundo real e sem conhecimento das percepções ou dos modos de cálculo do *decision maker*. Este é um mundo da racionalidade instrumental, caracterizado por mercados políticos e económicos eficientes, onde tudo se passa fácil e espontaneamente, sem a necessidade nem o custo de estabelecer arranjos, acordos, ajustamentos — as ideologias e as ideias não contam, as instituições são desnecessárias.

Ora, o que o novo institucionalismo (Ronald Coase) vem dizer é apenas que as transacções têm custo: quer dizer, as trocas e as interacções que os agentes estabelecem num mercado não são instantaneamente acessíveis nem transparentes. E, quando assim é, a fricção existe e são necessários esquemas alternativos para a superar, isto é, para minimizar os custos e para reduzir a incerteza. É esse o papel das instituições — de facto, para R. Coase é apenas a empresa que está em causa — que desse modo completam os mercados enquanto mecanismos de organização da vida colectiva, ao mesmo tempo que põem a descoberto que os mercados não são mecanismos homogéneos.

Quer isto dizer, na sua consequência mais imediata, que o novo institucionalismo começa por relaxar os princípios de racionalidade instrumental típicos da ortodoxia neoclássica. Faz isso através de uma noção diferente da natureza da informação de que os agentes dispõem, do papel atribuído à incerteza e da noção que forma acerca dos modelos mentais dos indivíduos. Daí resulta que os mercados não são o que os neoclássicos julgam que eles são. Mas no fim da história, a abordagem do novo institucionalismo é uma visão sobre as *micro-foundations* da decisão e da vida e o que nos propõe é uma enxertia capaz de estender a teoria neoclássica e de a fazer incorporar coisas que, deixada entregue a si própria, ela é incapaz de ver. Não é, pois, do lado da resistência à teoria económica dominante que o novo institucionalismo está. Mas vejamos cada um destes assuntos de *per se*.

Como sabemos, a resposta da racionalidade instrumental à pergunta sobre qual é o caminho correcto para que os agentes atinjam os seus objectivos é a seguinte: «embora, no início, os actores possam ter modelos diferentes e errados, o processo de retorno da informação e os agentes moderadores corrigem-nos, disciplinam os comportamentos e encaminham os actores sobreviventes para os modelos certos» (North, 1997: 19). O abandono da racionalidade instrumental neoclássica dá-se quando se presume que a informação é incompleta e que as capacidades mentais com que se processa a informação é limitada (North, 1997: 17). Por isso mesmo, os seres humanos impõem restrições às interacções, tendo em vista estruturar os processos de troca. Quer isto dizer que os indivíduos que se pressupõem são outros: são gente dotada de «modelos mentais» culturalmente derivados, que variam radicalmente entre grupos, que são adquiridos através da experiência, a qual é local e depende, portanto, de ambientes e contextos variados. Os indivíduos têm, pois, visões próprias, ideias diferentes, modelos mentais alternativos acerca do modo como o mundo funciona: há *enduring qualities* nos diferentes mapas mentais com que os indivíduos confrontam o mundo. É na base desses diferentes mapas que as escolhas se fazem.

17 O mundo neoclássico é «frictionless [...] institutions do not exist and all change occurs through perfectly operating markets» (North, 1981: 5).



As raízes neoclássicas deste institucionalismo são, pois, indiscutíveis, pelo menos para D. North e O. Williamson. É também D. North (1997: 17) quem diz que o novo institucionalismo «parte da teoria neoclássica, altera-a e desenvolve-a para que possa aprofundar e esclarecer uma série de problemas anteriormente fora do seu alcance. Conserva e baseia-se no pressuposto fundamental da escassez e, conseqüentemente, da concorrência — o princípio da teoria da escolha subjacente à microeconomia».

É a sua natureza microeconómica e, portanto, individualista que define a natureza teórica essencial do novo institucionalismo e que, desse modo, o distingue de outras visões paradigmáticas. É um indivíduo sofisticado, complexo, limitado e, assim, mais humano, aquele que o novo institucionalismo retém.

A resposta de D. North a uma pergunta sobre as relações entre o novo institucionalismo e a visão neoclássica parte da ideia de que a ciência económica é uma teoria da escolha sujeita a restrições. O uso da teoria dos preços como uma parte essencial da análise das instituições e a noção de que são as alterações dos preços relativos a maior força que induz a mudança das instituições completaria o quadro das familiaridades. É, portanto, perante um retrato microeconómico que nos encontramos. «A força do novo institucionalismo reside no esclarecimento dos micro-fundamentos da economia e da dinâmica das instituições e organizações» (Harris *et al*, 1997: 12).

Certamente que tal retrato tem uma moldura notavelmente trabalhada. É lá que se encontram as instituições — no papel de «restrições vitais». A ligação entre a figura central da microeconomia (os custos de produção) e as instituições faz-se através da noção de custos de transacção.

A visão institucionalista, que aqui estou a tratar, gera essencialmente dois campos de trabalho: um, que tem D. North como nome principal, é o da análise da mudança institucional, da compreensão do desempenho de longo prazo das economias, das interações e da eficiência adaptativa; o outro é o campo das organizações<sup>18</sup> e da empresa, e é a O. Williamson (1985) e, principalmente, a R. Coase que se paga o tributo dos resultados alcançados neste domínio.

Em qualquer destes campos é claro que o novo institucionalismo é uma visão sofisticada, longe das versões banais, mas tantas vezes repetidas do individualismo metodológico atávico e estrito. Mas é também claro que o novo institucionalismo não é uma construção paradigmática nova e alternativa — é apenas um ramo enobrecido da árvore genealógica neoclássica.

Em D. North, a questão das relações entre instituições e desempenho (ou crescimento) económico pode estabelecer-se do seguinte modo: «as instituições estruturam incentivos que determinam a forma como as economias se desenvolverão». Definindo instituições como «restrições informais e regras formais do jogo da interação humana», consideram-se incluídas na definição também as organizações (as organizações com finalidade específica, como empresas, sindicatos, grupos de agricultores, aparelhos políticos). A natureza da relação entre instituições e desempenho económico depende de saber como vão ser usadas as competências e os conhecimentos adquiridos pelas organizações (visto que é com isso que elas vão sobreviver, alterar o quadro institucional e desenhar a evolução da economia) — se forem usadas produtivamente a economia cresce; se forem usadas para actividades redistributivas ou «actividades monopolistas» (*rent seeking*) a economia não cresce (North, 1993: 243).

Não é difícil acompanhar a ideia de que é uma questão pouco controversa que as instituições afectam a actividade económica e o seu crescimento e que o mais difícil é incorporá-las na análise económica. É na solução deste ponto que o assunto específico de D. North se encontra com o tema que foi apontado por R. Coase e desenvolvido, como já veremos, por O. Williamson — o dos custos de transacção.

<sup>18</sup> Na distinção de D. North (1997: 23), «Organizations are the players: groups of individuals bound by a common purpose to achieve objectives. They include political bodies [...]; economic bodies [...]; social bodies [...]; and educational bodies [...]».



Os custos de transacção<sup>19</sup> derivam de ser necessário mobilizar recursos para definir e consagrar acordos de troca, visto que nem todos os indivíduos têm a mesma função-objectivo nem a mesma informação (que é, portanto, assimétrica).

Quer isto dizer que a incerteza faz parte do mundo e as transacções não são «bens livres». Há, portanto, «custos de avaliação das múltiplas dimensões úteis dos bens e serviços objecto de troca, ou do desempenho dos agentes, e custos envolvidos nos esforços para o cumprimento dos acordos [...] Os custos de transacção devem-se ao facto da informação ser dispendiosa e estar assimetricamente distribuída pelas partes em questão» (North, 1997: 18).

Por tudo isto há, no mundo, instituições. Elas formam-se para reduzir a incerteza que existe na troca; as instituições são minimizadoras dos custos de transacção; são meios pelos quais se superam as falhas de mercado; em suma, as instituições oferecem os mecanismos pelos quais os indivíduos racionais podem transcender dilemas sociais. Mesmo que elas se concebam apenas do modo que S. Pejovich (1995: 30) as entende: «dispositivos legais, administrativos e práticas consignadas aplicadas às constantes interacções humanas. O sua principal função é melhorar a previsibilidade do comportamento humano».

As instituições existem, afinal, porque no mundo do novo institucionalismo a imensa variação de modelos mentais individuais leva a que, na ausência de um único equilíbrio, ocorram multi-equilíbrios.

Portanto, «as instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, mais especificamente, as restrições criadas pelo próprio ser humano para estruturar as suas interacções. Podem ser regras formais (normas jurídicas, regulamentos), limites informais (convencções, regras de comportamento e códigos de conduta auto-impostos) e as respectivas formas do seu cumprimento».

As ideias, as ideologias, os processos políticos também fazem parte das noções do novo institucionalismo e, juntamente com as perspectivas já analisadas da formação contextual dos modelos mentais dos indivíduos, constituem os recursos mais atractivos (os factores críticos) para se entender a diversidade das *performances* económicas.

Ideias, política, ideologias e também conhecimento e qualificações, juntamente com as contínuas interacções das instituições e das organizações e as percepções que derivam das construções mentais dos agentes é o que está no meio dos processos incrementais que fazem a mudança económica. E claro que esta última é «ubíqua, permanente e crescente» mas é uma consequência «das escolhas que os indivíduos e os dirigentes das organizações diariamente fazem» (North, 1997: 23).

É este, como já referi, o assunto em que o contributo de D. North é assinalável. É deste modo que o conceito estático de «eficiência pela afectação» é desvalorizado perante o de «eficiência pela adaptação» e que a noção de que são as políticas que modelam o desempenho económico vem junta com a ideia de que os processos de mudança só se confirmam quando há normas (informais) que consagram regras formais e lhes conferem a legitimidade que estas, por si só, não têm.

O novo institucionalismo é, pois, o universo em que se trata das resultantes dos processos de adaptação e do comportamento (incluindo o comportamento organizacional) dos indivíduos.

A economia dos custos de transacção assume e acolhe as noções do novo institucionalismo sobretudo no campo mais declaradamente microeconómico. Suplanta os pressupostos de monopólio que incomodavam R. Coase pela hipótese alternativa de que «a organização económica tem como objectivos e efeitos básicos economizar nos custos de transacção» (Williamson, 1993: 9).

<sup>19</sup> D. North (1993: 243-4) fala de um «*transaction sector* (that part of transaction costs that goes through the market and therefore can be directly measured in monetary terms)» e estima que em 1970 ele representava 45% do PNB dos EUA.





Articula-se com os desenvolvimentos teóricos que tiveram lugar ao longo dos anos sessenta e setenta (economia dos direitos de propriedade<sup>20</sup>, teoria comportamental da empresa<sup>21</sup> e teoria da agência<sup>22</sup>) incorporando na teoria económica e tornando mais explícitos os pressupostos comportamentais acerca da racionalidade limitada (o *homo psychologicus* de H. Simon ou, porventura, o *homo sociologicus* de J. Elster versus o *homo oeconomicus* da teoria da escolha racional), insistindo na importância da relação contratual, incluindo a dos contratos incompletos, preocupando-se menos com as externalidades e, sobretudo, assentando irredutivelmente numa unidade de análise microeconómica — as transacções.

De facto, tal como H. Simon (1957: 199) diz, «é só por os seres humanos individuais serem limitados em conhecimento, capacidade de previsão, qualificações e tempo que as organizações são investimentos úteis para atingir os objectivos humanos». E é também por isso que todos os contratos complexos são «inevitavelmente incompletos» e que o comportamento oportunista interessa.

Hipóteses comportamentais que assumam «o homem tal e qual ele é» (Ronald Coase) — isto é com racionalidade limitada e possibilidades de oportunismo — e restrições definidas pelo ambiente institucional e pelos contratos são as bases essenciais do novo institucionalismo na sua versão de economia dos custos de transacção. A noção de que as instituições são restrições já a encontrávamos anteriormente, em D. North, ligada à ideia de direitos e normas. Mas a O. Williamson interessa sobremaneira a distinção, estabelecida originariamente por L. Davies e D. North (1971: 6-7), entre «ambiente institucional» e «arranjos institucionais». O primeiro, «é um conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais que estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição. São exemplos disso as regras que organizam eleições, direitos de propriedade e o direito dos contratos». Um arranjo institucional é o que se estabelece «entre unidades económicas que organizam os modos pelos quais essas unidades podem cooperar e, ou, concorrer. Ele pode fornecer a estrutura dentro da qual os seus membros podem cooperar, ou pode fornecer o mecanismo que tenha como resultado uma mudança das leis ou dos direitos de propriedade».

A economia dos custos de transacção considera que o ambiente institucional é «um conjunto de parâmetros mutáveis, cujas alterações modificam os custos organizativos comparados». Contudo, «a principal acção analítica concentra-se na organização das relações contratuais (os arranjos institucionais) — apesar disso, «dá-se expressamente atenção ao contexto (os arranjos ambientais) nos quais as transacções estão integradas (Williamson, 1993: 13).

Assim sendo, nas palavras de O. Williamson (*idem*: 16), «a análise dos custos de transacção sobre o estudo das instituições está predominantemente interessada na organização (*governance*) das relações contratuais. Essa organização pode ser definida como o quadro institucional através do qual a transacção é canalizada — que, em sentido largo, é composto por mercados, hierarquias e híbridos».

Não parece, pois, exagerado que se assuma que a visão institucionalista ficou profundamente afunilada e que a tarefa que se nos abre para compreender o capitalismo deste fim de século é recriar um institucionalismo alargado.

20 R. Coase (1960) e H. Demsetz (1967) estabeleceram a economia dos direitos de propriedade para superar a dificuldade microeconómica que remetia para o monopólio as explicações sobre o uso e as alterações do uso de activos que não cabiam nas análises ortodoxas. Com custos de transacção positivos, o tipo de direitos de propriedade era relevante para a eficiência obtida. Abre-se aqui um campo importante para entender as questões das externalidades e dos contratos.

21 Nasce aqui toda a problemática das organizações estabelecida por H. Simon (cf. March e Simon, 1958) — satisfatório substitui-se a maximização, cria-se a ideia de «*organizational slack*» e a empresa é vista como uma «*coalition*», mais do que como uma unidade.

22 É, porventura, a linha de pesquisa que menos desenvolvimentos atingiu. Estabelece as relações entre um «*principal*» e um «*agent*» uma situação caracterizada por informação diferenciada (o «*agent*» tem melhor informação do que o «*principal*») e aversão ao risco também diferenciada (o «*agent*» é mais avesso ao risco).



#### 4. À procura do institucionalismo alargado

O mundo institucionalista que aqui descrevi até agora assenta em dois pilares sólidos. Mas deve admitir-se que ele corre o risco de ser um mundo pequeno. Também pode levantar-se a dúvida se aqueles pilares estão minimamente ligados entre si. O que os diferencia está claro — é a cultura da resistência de um contra a visão estritamente académica do outro. É, também, o velho problema de como tratar com o indivíduo — se como universal, se como o universal singular de que falava J. P. Sartre.

Mas há um problema comum que unifique uma aproximação institucionalista, independentemente dos adjectivos de cada escola? E havendo, esse problema é suficiente para estabelecer uma capacidade de análise das realidades contemporâneas devidamente estruturada?

Vou agora empenhar-me em procurar mostrar que há, de facto, elementos unificadores do institucionalismo; depois, tentarei desenvolver um quadro de preocupações teóricas e analíticas que ultrapassam epistemologicamente o mundo institucionalista aqui descrito até ao momento, mas que têm para com ele «deveres de gratidão».

As noções de instituições, de comportamento organizacional, de interacções cooperativas, de eficiência adaptativa, de incerteza e de limitações informacionais e decisórias são, só por si, pressupostos ou constatações suficientemente fortes para comporem uma visão institucionalista da economia e para trazerem para o seu núcleo central problemas adjacentes a estes, como são os de normas, *habitus*, culturas, contextualidades, em suma, processos de estruturação das interacções. Ora, na minha perspectiva, é aqui que radica a mensagem institucionalista comum. Uma mensagem que possibilita, aliás, que temas precisos como os de incerteza, custos de transacção ou decisão não sejam passíveis de serem tratados como questões insularizadas, alheias ao conjunto dos problemas da racionalidade, da organização, da regulação económica.

Defendo aqui, com efeito, que as noções que acabei de indicar como partes do núcleo constituinte do institucionalismo (o velho e o novo; o originário e o *main stream*) são, de facto, transversais a ambos. O que também deve assumir-se é que um institucionalismo renovado é o que seja capaz de superar os problemas do individualismo metodológico — mesmo que muito da riquíssima discussão sobre a matéria, designadamente aquela que, no meio francófono, tem convergido para a «economia das convenções» (Orléans, org., 1994) aposte menos na superação daquele problema do que na compatibilização das perspectivas holista e individualista.

A questão que mais claramente se quer estabelecer neste texto é a que consiste em assegurar que o quadro institucionalista não fique apenas limitado a um mundo pequeno — balizado por coisas tão diferentes como a «*industrial organization*» e a visão evolucionista e interaccionista.

É claro que assim seria se não se completasse a história. Há uma leitura abertamente macroeconómica e regulacionista a fazer para dar espinha dorsal à visão institucionalista — uma leitura que deve partir do Estado, das políticas públicas e dos processos que consolidam modos institucionais de organização e de acumulação nas economias contemporâneas.

Perante um propósito deste tipo há também uma pergunta a fazer — a que consiste em saber por que é que não se dispõe de uma análise institucionalista do Estado, visto que ele é, manifestamente, a *instituição-das-instituições*. No incómodo da pergunta intervém a dimensão apenas interaccionista do institucionalismo originário, assim como tem lugar a não-teoria que são as referências retintamente neoclássicas de D. North ou T. Eggertsson ao Estado, o qual, segundo eles, «estabelece e impõe as regras fundamentais que organizam a troca» — a imposição dos direitos de propriedade depende do poder e as economias de escala no uso da violência dão frequentemente a um único agente (o Estado) o monopólio para o seu uso legítimo» (Eggertsson, 1990: 59).

O campo abre-se com a visão das instituições estabelecida por J. R. Hollingsworth, Ph. Schmitter e W. Streeck (1994) e, especialmente, por J. R. Hollingsworth e R. Boyer (1997). A questão, aqui,

põe-se num plano diferente e comporta duas dimensões importantes — uma é a de compreender os mecanismos de coordenação da actividade económica e perceber que eles constituem um conjunto plural de arranjos institucionais (mercados, hierarquias empresariais, comunidades ou meios locais, Estado, redes de actores sócio-económicos, associações de interesses); a outra consiste em saber que esse conjunto ganha sentido, coerência e integração pela relação que estabelece com uma determinada configuração social, isto é, com um «sistema social de produção». Ou seja, «as instituições estão incrustadas numa cultura na qual as suas lógicas estão simbolicamente enraizadas, organizacionalmente estruturadas, técnica e materialmente condicionadas e politicamente defendidas» (Hollingsworth e Boyer, eds., 1997: 2). Portanto, onde está o indivíduo neoclássico, soberano e definido, estão agora mecanismos de coordenação que estabelecem restrições relativamente às necessidades, preferências e escolhas dos actores económicos.

A visão é, evidentemente, macro-social dado que os vastos problemas que a interdependência dos actores coloca têm correspondência na complementaridade das instituições que constituem e configuram um sistema social de produção (*idem*: 4). Por isso mesmo, está-se já longe do campo limitado das transacções e a questão situa-se no plano da organização das sociedades — o que, de resto, também aponta para a contextualidade das instituições.

O que quer dizer, aliás, que a visão das economias como processos cuja dinâmica é baseada em instituições é um caminho curto para compreender a diversidade dos sistemas sociais de produção e, portanto, dos sistemas económicos no seu conjunto — isto é, em suma, para a crítica da teoria da convergência. A teoria da convergência, ao pressupor que o papel das tecnologias e da divisão do trabalho levaria todos os sistemas económicos para uma mesma trajectória de funcionamento, é, no plano macro e da análise do crescimento, o «substituto funcional» do individualismo metodológico. Quer no plano institucional, quer no plano produtivo, tecnológico e organizacional, presume-se «um único caminho», o qual, por sua vez, representa um ponto de chegada necessário.

Ora, uma visão institucional alargada, quer pela articulação que estabelece entre os diferentes arranjos institucionais, quer pelo modo contextual como a define, compreende de forma muito mais rica a contingência, a inovação e a diferença. Introduzir na análise económica a chamada «dimensão social» significa, como acontece com o «institucionalismo alargado», reencontrar nas economias os seus respectivos níveis de qualificação do trabalho e da organização, o seu sistema de relações industriais, a sua estrutura produtiva, os seus mercados financeiros, o seu sistema político, os quais se reflectem no que os autores que estou a referir chamam «sistema social de produção» e, portanto, nos mecanismos de coordenação que lhe correspondem. Tudo isto evidentemente, com reflexos na forma como se estabelece o desenvolvimento, o desempenho económico e a capacidade competitiva.

Vem a propósito assinalar que o problema da diversidade económica (diversidade nacional, regional e até sectorial), ao levantar a questão do modo preciso como «diferentes instituições se conjugam numa configuração a que se chama sistema social de produção» (Hollingsworth e Boyer, eds., 1997: 3), sugere uma discussão sobre a natureza do processo que origina os arranjos institucionais. Eles são funcional e exogenamente determinados ou têm uma génese em que intervêm capacidades de formação específicas, de base endógena? Bem se sabe como esta é uma velha questão — basta lembrar a perspectiva de I. Wallerstein (1974) sobre o sistema-mundo e as suas componentes (centros — periferias — semiperiferias) para ter em conta o predomínio de uma lógica sistémica *top-down*; basta lembrar uma visão territorialista como, por exemplo, a de G. Becatini e E. Rullani (1995) ou a de G. Garofoli e A. Vazquez Barquero (1994), para aludir ao predomínio dos processos constituintes de base endógena. Bastaria aludir — mas esse é outro assunto que tenho em mãos e que não vou trazer para aqui — toda a discussão que forma o discurso sobre a globalização. E seguramente que seria também apropriado fazer, nestes termos, uma leitura sobre os projectos de regionalização em Portugal — um debate que tem atravessado o país. Mas acontece que eu não me pude permitir o prazer de o trazer para





aqui, pois não me esqueci que umas provas académicas comportam necessariamente um ritual de sacrifício e um comportamento cerimonial...

## 5. Conclusão

Espero ter deixado entender que, para além de percorrer o caminho do institucionalismo económico e lhe contemplar as suas sucessivas paisagens, a minha viagem teve um norte. De facto, parti e cheguei com um mesmo conjunto de problemas. Acontece, contudo, que estou mais convencido de que há fundamentos bastantes para considerar cada um deles questões centrais da economia dos nossos dias, desde que se lhes dê uma configuração radicalmente nova.

Suponho, pois, que há na agenda económica contemporânea três pólos de debate que convocam quer o legado institucionalista quer a crítica à economia ortodoxa. São os seguintes:

- a) Os problemas da contingência e da incerteza
- b) A interpretação dos comportamentos dinâmicos
- c) A reconstrução das contextualidades e da genealogia dos processos.

O primeiro debate assenta nos problemas da racionalidade, da decisão e da previsão e parte da crítica ao positivismo lógico e ao individualismo. Assume a economia como *disciplina da dificuldade e da complexidade*.

O segundo, assenta nas questões da causalidade cumulativa, da coordenação, da eficiência adaptativa e da cultura e dos comportamentos tecnológicos. Assume a economia como a *disciplina das instituições, da evolução e do experimentalismo*.

O terceiro debate é sobre o conhecimento, a informação e a formação dos processos de regulação vista através dos actores que neles intervêm. Assume a economia como a *disciplina do conhecimento, da regulação e da organização*.

É baseado nestes três pilares que tenciono prosseguir os meus trabalhos. Sem me esquecer que eles servem também para reequilibrar a capacidade de debate com a parte da teoria económica que valoriza essencialmente processos exógenos às instituições, às estruturas sociais, às contextualidades. Mas essa é a dimensão mais tentacular do discurso da economia. E eu não quero descuidar o conselho das hipóteses da incrustação (*embeddness*) das práticas económicas nos sistemas sociais e culturais; nem quero descartar a mensagem de resistência do institucionalismo originário.

## Referências Bibliográficas



Adams, John (ed.) (1980) *Institutional Economics — Essays in Honor of Alan G. Gruchy*, Boston e Londres, Martinus Nijhoff Publishing.

Ayres, Clarence (1994) *The Theory of Economic Progress: A Study of Fundamentals of Economic Development and Cultural Change*, Kalamazoo, New Issues Press.

Baslé, Maurice (1995) Antécédents institutionnalistes méconnus ou connus da la théorie de la régulation, in Robert Boyer e Yves Saillard (ed.) *Théorie de la Régulation — L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte, 31-39.

Becatini, Giacomo; Rullani, Enzo (1995) Sistema Local e Mercado Global, *Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 6, 6-21.

Boyer, Robert; Saillard, Yves (ed.) (1995) *Théorie de la Régulation — L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte.

Clark, Charles (ed.) (1995) *Institutional Economics and the Theory of Social Value: Essays in Honor of Marc R. Tool*, Boston e Londres, Kluwer Academic Press.

Coase, Ronald (1960) The Problem of Social Cost, *Journal of Law and Economics*, 3, 1-44.

Coase, Ronald (1972) Industrial Organisation: A Proposal for Research, in V. R. Fuchs (ed.) *Policy Issues and Research Opportunities in Industrial Organization*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research, 57-73.

Commons, John (1990) *Institutional Economics. Its Place Political Economy*, Londres, Transaction Publishers.

Davis, Lance; North, Douglass (1971) *Institutional Change and American Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press.

Demsetz, Harold (1967) Towards a Theory of Property Rights, *American Economic Review*, 57, 347-359.

Dragun, Andrew (1988) Externalities, Property Rights, and Power, in Warren Samuels (ed.) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, vol. III, 324-337.

Dugger, William (1989) *Radical Institutionalism: Contemporary Voices*, Nova Iorque, Greenwood Press.

Dugger, William (1992) *Underground Economics: A Decade of Institutional Dissent*, Armonk e Londres, M. E. Sharpe.

Eggertsson, Thráinn (1990) *Economic Behavior and Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press.

Garofoli, Gioacchino; Vazquez Barquero, A. (ed.) (1994) *Organization of Production and Territory: Local Models of Development*, Pavia, Gianni Iuculano Editore.

Gordon, Wendell (1980) *Institutional Economics — The Changing System*, Austin e Texas, University of Texas Press.

Gordon, Wendell (1988) Institutionalized Consumption Patterns in Underdeveloped Countries, in Warren Samuels (ed.) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, vol. III, 289-309.

Gruchy, Allan (1947) *Modern Economic Thought: The American Contribution*, Nova Iorque, Prentice-Hall.

Gruchy, Allan (1972) *Contemporary Economic Thought: The Contribution Neo-Institutional Economics*, Londres, Macmillan.



Gruchy, Allan (1987) *The Reconstruction of Economics: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics*, Nova Iorque, Greenwood.

Harris, John; Hunter, Janet; Lewis, Colin M. (ed.) (1997) *The New Institutional Economics and the Third World Development*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Harris, John; Hunter, Janet; Lewis, Colin M. (1997) Development and significance of NIE, in Harris, John; Hunter, Janet; Lewis, Colin M. (ed.) *The New Institutional Economics and the Third World Development*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1-13.

Hodgson, Geoffrey (1994) Institutionalism, 'Old' and 'New', in Hodgson, Geoffrey; Samuels, Warren; Tool, Marc (ed.) *The Elgar Companion to Institutional Evolutionary Economics*, vol. 1, Aldershot, Edward Elgar, 397-402.

Hodgson, Geoffrey; Samuels, Warren; Tool, Marc (ed.) (1994) *The Elgar Companion to Institutional Evolutionary Economics*, Aldershot, Edward Elgar.

Hodgson, Geoffrey (1994) *Economia e Instituições*, Oeiras, Celta.

Hodgson, Geoffrey (1997) *Economia e Evolução: O regresso da vida à teoria económica*, Oeiras, Celta.

Hollingsworth, J. Rogers; Boyer, Robert (ed.) (1997) *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press.

Hollingsworth, J. Rogers; Boyer, Robert (1997) From National Embeddedness to Spatial and Institutional Nestedness, in Hollingsworth, J. Rogers; Boyer, Robert (ed.) *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press, 433-484.

Hollingsworth, J. Rogers; Schmitter, Philippe; Streeck, Wolfgang (ed.) (1994) *Governing Capitalist Economies*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Klein, Ph. (1993) The Institutional Challenge: Beyond Dissent, in Marc Tool (ed.) *Institutional Economics: Theory, Method, Policy*, Boston e Londres, Kluwer Academic.

Klein, Ph. (1994) *Beyond Dissent — Essays in Institutional Economics*, Armonk, M. E. Sharpe.

Kundsen, Christian (1993) Modelling Rationality, Institutions and Processes in Economic Theory, in Maki, Uskali; Gustafsson, Bo; Knudsen, Christian (ed.) *Rationality, Institutions and Economic Methodology*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 265-299.

Martin, David (1988) Beyond Capitalism: A Role for Markets?, in Warren Samuels (ed.) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, Vol. III, 310-323.

March, James; Simon, Herbert (1958) *Organizations*, Nova Iorque, Wiley.

Miller, Edyth (1988) Institutional Economics: Philosophy, Methodology and Theory, in Warren Samuels (ed.) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, vol. II, 50-62.

Mitchell, Wesley (1927) *Business Cycles: The Problem and its Setting*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research.

Mitchell, Wesley (1967) *Types of Economic Theory: From Mercantilism to Institutionalism*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley.

Myrdal, Gunnar (1997) *Political and Institutional Economics*, Dublin, Economic and Social Research Institut.

Nelson, Richard; Winter, Sidney (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*, Cambridge, Cambridge University Press.

North, Douglass (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, Cambridge University Press.



North, Douglass (1993) Institutions and Economic Performance, in Maki, Uskali; Gustafsson, Bo; Knudsen, Christian (ed.) *Rationality, Institutions and Economic Methodology*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 242-261.

North, Douglass (1997) The New Institutional Economics and the Third World Development, in John Harris, Janet Hunter e Colin M. Lewis (ed.) *The New Institutional Economics and the Third World Development*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 17-26.

Orléans, André (org.) (1994) *Analyse Economique des Conventions*, Paris, PUF.

Pejovich, S. (1995) *Economic Analysis of Institutions and Systems*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

Reis, José (1995a) Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 25-58.

Reis, José (1995b) A Economia Constitucional: O Estado e as instituições na visão de um individualista radical (J. Buchanan), *Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 6, 77-94.

Reis, José (1986) A recolha de informação não-estatística em economia, in Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 197-213.

Rutherford, Malcom (1994) *Institutions in Economics: The Old and the New institutionalism*, Cambridge, Cambridge University Press.

Rutherford, Malcom; Samuels, Warren (ed.) (1996) *John R. Commons: Selected Essays*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Samuels, Warren (1979) *The Economy as a System of Power*, New Brunswick, Transaction Publishers.

Samuels, Warren (ed.) (1988) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing (3 volumes).

Simon, Herbert (1957) *Administrative Behavior*, Nova Iorque, Macmillan.

Simon, Herbert (1986) Behavioural Economics, in Eatwell, John; Milgate, Murray; Newman, Peter (ed.) *The New Palgrave — A Dictionary of Economics*, Londres, Macmillan, 221-225.

Simon, Herbert (1986) Organizations and Markets, *The Journal of Economic Perspectives*, 5, 2, 25-44.

Tool, Marc; Samuels, Warren (ed.) (1989) *The Economy as a System of Power*, New Brunswick e Oxford, Transaction Publishers.

Veblen, Thorstein (1994a) *The Collected Works of Thorstein Veblen*, Londres, Routledge/Thoemms Press.

Veblen, Thorstein (1994b) *The Theory of the Leisure Class*, Nova Iorque, Dove Publications [1899].

Villevall, Marie-Claire (1995) «Une Théorie Économique des Institutions», in Boyer, Robert; Saillard, Yves (ed.) *Théorie de la Régulation — L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte, 479-489.

Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World-System*, Nova Iorque, Academic Press.

Wilber, Charles; Harrison, Robert (1988) «The Methodological Basis of Institutional Economics: Pattern Model, Storytelling, and Holism», in Warren Samuels (ed.) *Institutional Economics*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, vol. II, 95-123.

Williamson, Oliver (1985) *The Economic Institutions of Capitalism — Firms, Markets, Relational Contracting*, Nova Iorque, Free Press.

Williamson, Oliver (1993) *The Economic Analysis of Institutions and Organization — In General and with Respect to Country Studies*, Paris, OCDE.

